

A MISÉRIA DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NO HORIZONTE GERENCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Por *Alexsander Machado e Geraldo Balduino Horn*

Durante as últimas décadas as ações Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento incentivaram a criação de organismos, institutos, agências e quadros universitários com a finalidade de pressionar os sistemas educacionais de fora de seus limites institucionais e democráticos. Uma ordenação inspirada na crença central de que a educação é o principal motor do desenvolvimento econômico. Com o pretexto de tornar a escola mais útil e subserviente ao mundo do trabalho, surge toda uma comunidade epistemológica com o objetivo de legitimar um deslumbrante cenário de inovações pedagógicas e tecnológicas capaz de colocar abaixo a cultura literária, artística, filosófica e a própria história da humanidade em detrimento de uma especialização profissional moldada pelo pensamento operacional e utilitarista do empreendedorismo.

A pressão dessas organizações transnacionais juntamente com o poder da mídia está enfraquecendo as escolas públicas. Isso ocorre por meio da imposição de hábitos e de generalizações aparentemente científicas, tais como o “estabelecimento de metas” e o controle por meio de “comparações” entre sistemas educacionais. Essas medidas visam estimular a competitividade entre escolas para enfraquecer o senso de pertencimento de uma mesma rede educacional, ou em alguns casos visa produzir o ofuscamento dos limites entre o público e o privado.

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. O objetivo do PDE era alinhar o setor educacional à necessidade de formação de mão de obra para os grandes investimentos em infraestrutura que estavam no horizonte da economia brasileira. Dentro do PDE, a principal novidade foi o Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira – IDEB. Esse indicador de caráter antidemocrático consiste no processo de transformar variáveis qualitativas em uma expressão objetiva definida por um número como expressão dessas mesmas variáveis qualitativas. Entretanto, existem muitos questionamentos sobre a validade desse instrumento. Por exemplo, é possível resumir as condições concretas de cada comunidade escolar, tais como, saneamento básico, água encanada, energia elétrica, moradia, alimentação dentro e fora da escola, transporte escolar, quadras para a prática de esportes, laboratórios, bibliotecas, salas de aula etc. em um número objetivo, mesmo que ele ainda seja a razão entre os resultados de testes padronizados relacionados ao fluxo de desempenho escolar?

Pode-se dizer que o Ideb, nesse contexto, deixa de ser um dado técnico para se tornar um instrumento político. De um lado, trata-se de um mecanismo de controle e, do outro, de legitimação forçada, por meio da justificação de uma alegada necessidade de elevar a qualidade educacional.

No entanto, a despeito do contexto social, político e econômico e alimentado por um sistema integrado de monitoramento de dados, as estratégias de atingimento das metas do IDEB vão no sentido de culpabilizar a gestão escolar ineficiente e desarticulada do aprendizado de competências por parte dos estudantes.

O IDEB pretende promover e produzir, com a aparência de uma transformação democrática, a descentralização da educação em um processo que vem sendo desdobrado em quatro medidas: delegação de poderes e funções, desregulamentação, deszonificação e escolarização competitiva (SANTOMÉ, 2003). Essas medidas estão baseadas na lógica das avaliações em larga escala. A delegação de poderes e funções visa a aquisição de materiais didáticos, de inovações tecnológicas e consultorias especializadas em qualidade da educação. A desregulamentação permite a possibilidade de flexibilizar o currículo escolar, ou até mesmo de centrar esforços nas disciplinas cobradas nos testes padronizados. A deszonificação é sinônimo de competitividade. Essa medida de materializa na publicação do ranqueamento das escolas e na possibilidade de escolha das instituições escolares com melhores índices pelas famílias. Por fim, a escolarização competitiva enfraquece os mecanismos de participação democrática, pois cada educador é estimulado a pensar de forma individual para estudantes homogêneos dentro de uma lógica de reprodução de métodos de ensino padronizados.

Nesse modelo de gerenciamento público descentralizado, o Estado é responsável pela fixação de metas, pela concessão da autonomia para as unidades escolares, pela definição dos conteúdos, pelos métodos estatísticos de comparação entre escolas e sistemas. Por fim, cabe ao Estado transferir recursos conforme o alcance das metas estipuladas. A escola atém-se principalmente na execução das tarefas pré-determinadas e na responsabilização pelo não alcance dos objetivos estipulados.

Com a falsa impressão de objetividade, entendendo que o IDEB se apresenta como uma medida quantitativa usada para monitorar e avaliar a qualidade da educação, essa racionalização simplista dos problemas educacionais brasileiros extrapola os limites entre as condições socioeconômicas e as técnicas administrativas escolares, subordinando o planejamento escolar à lógica de comparação e de responsabilização.

A FILOSOFIA EM CONTRAPOSIÇÃO AO MOVIMENTO ANTICIVILIZATÓRIO DA NOVA DIREITA

Por Claudinei dos Santos Dias

A ascensão da Nova Direita é a marca do movimento de implantação e aprofundamento do Neoliberalismo no Brasil. O que se caracteriza como Nova Direita é a atualização do modo de dominação capitalista, em especial após os anos 1980. Trata-se de, como afirma Flávio Henrique Calheiros Casimiro, no livro “A Nova Direita – aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo” de um “novo modus operandi de organização política e ideológica das classes e frações de classe burguesas. Multiplicam-se em uma extensa gama de aparelhos de difusão, os pressupostos da economia de mercado e de valores conservadores e/ou reacionários ganham capilaridade e penetração nos mais distintos meios, adquirindo ressonância em diferentes aspectos da vida social”.

São as mesmas frações de classe que apoiaram o golpe civil-militar de 1964, e após perceberem que os militares deram uma ênfase “estatista” ao desenvolvimento econômico brasileiro começam a se preparar para a “abertura democrática” e, após, para influenciar os rumos da Nova República, de modo a que sua participação e influência fossem garantidas. A novidade é que suas ações estarão voltadas, na atualidade, para a influência não só dos rumos do Estado, mas na adoção, por todas as pessoas, de um certo modo de pensar e viver.

A propagação se dará, inicialmente, por uma extensa rede de *think tanks* com conotação liberais que passam a dar apoio em termos de organização e financeiros à “militância” liberal. Os *think tanks* principais participantes da rede são bem conhecidos. Entre eles estão o Instituto Liberal, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto Liberdade, Instituto Millenium, Instituto Von Mises Brasil e o Instituto Pela Liberdade. Será por meio destes institutos que se formarão lideranças e estas lideranças farão a “ponte” entre os interesses da classe empresarial e as pessoas de um modo geral, por meio da mídia tradicional e hegemônica e, muito especialmente, por meio das redes sociais, atingindo um imenso conjunto dos brasileiros, particularmente a juventude.

E mais, para a propagação do Neoliberalismo, há um grande arco de “alianças” entre a burguesia nacional, internacional e uma miríade de movimentos conservadores, reacionários, autoritários e profascistas, em uma articulação com movimentos intolerantes de cristãos evangélicos e católicos. Entram em pauta não somente as questões econômicas neoliberais, mas uma extensa pauta de

“costumes”, de um moralismo rasteiro, além de uma contestação dos conhecimentos institucionalmente estabelecidos.

Christian Laval e Pierre Dardot são dois grandes investigadores da emergência do Neoliberalismo, que será caracterizado como uma nova racionalidade sendo implantada no mundo. Definem o Neoliberalismo, em seu livro “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal”, como “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos, que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência.” O neoliberalismo não se reduz às suas implicações econômicas, mas cria novas subjetividades, marcadas pela racionalidade da concorrência e pela ideologia da meritocracia.

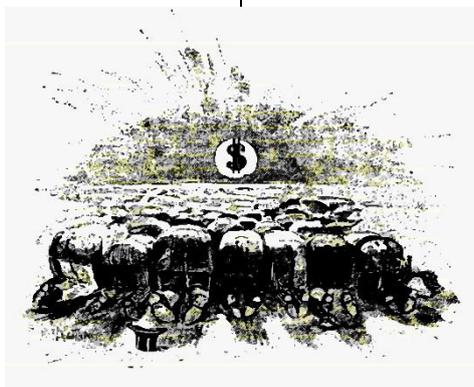
A implantação do neoliberalismo implica em uma crise civilizatória pelas consequências geradas. Há uma incompatibilidade com a democracia, ocorrendo o que Wendy Brown chama de desdemocratização, ou seja, a democracia passa a existir apenas formalmente, sendo esvaziada em sua substância.

Como o neoliberalismo quebra toda a solidariedade social, faz desmoronar todos os vínculos sociais, faz crescer o sentimento de antipolítica e aprofunda o governo da sociedade por meio de uma técnica que Achille

Mbembe chama de Necropolítica, onde a sociedade é estruturada e separada entre aqueles que devem viver e aqueles, subalternos e descartáveis, que se deve fazer morrer, seja pela violência direta, seja por políticas públicas. Esta forma de governo de morte é essencialmente caracterizada pelo racismo em suas articulações e ações, em uma política de inimizade, como bem escreve Mbembe, que aprofunda o “nós” (que devem viver) e “eles” (os que se deve fazer morrer).

Em uma compreensão estendida de alteridade, ela deixa de ser exclusivamente antropológica para se expandir a todas as formas de vida. Há que se considerar, portanto, a catástrofe ecológica a que se está inserido no atual momento, que coloca em sério risco a humanidade e milhares de outras formas de vida.

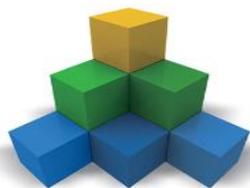
Diante de tal quadro, se propõe a filosofia como a antítese do movimento anticivilizatório presente no Neoliberalismo, por meio de um modo de vida autônomo, livre, radicalmente democrático e humano. Por meio do exercício filosófico, se intenta uma práxis que se contraponha à Nova Direita, pela ruptura com o atual estado de coisas, a radicalização da democracia e promova engajamento, que “é uma forma de adesão eminentemente política”, como afirma Vladimir Safatle.



A BNCC E A IMPOSSIBILIDADE DO ENSINO DE FILOSOFIA

Por Rafael Athayde

Pensar a questão da educação escolar na atualidade é uma tarefa complexa, pois é preciso considerar que ela possui intencionalidades que traz em seu consigo determinado projeto de sociedade que é permeado por interesses políticos e econômicos. Isto pode ser constatado nas mudanças que estão ocorrendo no âmbito nacional desde o golpe parlamentar finalizado com o impeachment da então presidente do Brasil, tornando necessária a reflexão sobre a educação e consequentemente a importância que deve ser dada a ela na construção de uma noção de sociedade. Diante dos acontecimentos é possível inferir que existe uma alteração do que antes era garantido como direito fundamental de todo cidadão e cidadã brasileiro que está inscrito na Constituição Federal do Brasil de 1988 no Artigo 1º inciso II que estabelece como um dos direitos fundamentais a cidadania que só será possível de forma efetiva sob a égide da concepção de escola unitária.



**BASE
NACIONAL
COMUM
CURRICULAR**

EDUCAÇÃO É A BASE

A partir da Reforma do Ensino Médio e da proposta da Base Nacional Curricular Comum - BNCC é possível afirmar que ocorrerão mudanças drásticas que tendem afetar de maneira significativa a aprendizagem, já que a BNCC propõe uma concepção de escola na qual há uma mudança conceitual substituindo o aprender pelo saber e regravando essa relação através de procedimentos a serem adotados pela escola. A

BNCC usa a expressão “saber” e na sequência “saber fazer”, deixando de lado a expressão aprender, pois para ela há uma delimitação daquilo que o aluno deve saber; mesmo que textualmente ela indique a relação com o cotidiano do aluno, desconsidera que a vida cotidiana e o saber decorrente dela não pode ser procedimentalizado.

Partindo disso, a pesquisa irá ser produto da reflexão e do diagnóstico da BNCC no tocante ao Ensino de Filosofia, tendo como pressuposto que a Educação filosófica só é possível se o professor e o aluno não estiverem presos pelas amarras dos códigos e dos procedimentos, a educação filosófica é o exercício do livre pensar, sem deixar de compreender que mesmo o livre pensar precisa levar em conta algumas regras comuns a todo saber produzido pela humanidade e sistematizado, não é um simples amontoado de informações desconexas e desconectadas da realidade histórico-social.

A pesquisa proposta buscara expor, portanto fazer um diagnóstico da BNCC e daquilo que ela apresenta para a educação, sua impessoalidade, a exclusão do não previsto no dia-a-dia da sala de aula, a BNCC no transcorrer do seu texto deixa patente a exclusão dos elementos vivos da escola, fala em cotidianidade, mas ao procedimentalizar o ensino deixa de fora tudo que não pode ser mensurado na régua que ela se propõe a ser, transforma a escola num estabelecimento que terá começo em fim no conteúdo das disciplinas, excluindo todo e qualquer elemento do saber espontâneo dos estudantes que não se enquadre no que foi estabelecido por sua régua. Com a BNCC podemos já na primeira leitura que o ensino de filosofia ou torna-se saber apenas enciclopédico ou padecerá na mensuração e codificação estabelecido pelo documento objeto dessa pesquisa.

É no horizonte da educação filosófica que a dissertação se embasará para refletir a respeito da relevância para a construção da consciência crítica e consequentemente da autonomia no estudante do nível médio. Para tanto será necessário um estudo detalhado da BNCC em contraposição a forma como Gramsci entende essa noção de consciência crítica e autonomia de pensamento, tendo em vista que a BNCC em vários momentos apresenta como premissa a noção abstrata, sobre protagonismos dos jovens levando em conta a necessidade de autonomia para estes. É sabido por todos que o conjunto dessas disciplinas contribuem não somente para o conhecimento científico e instrumental como também para a formação crítica e autônoma. Entretanto as disciplinas como Filosofia aprofundam a reflexão que possibilita a consciência crítica e a autonomia dos estudantes ao fazer um exame do pensamento e da forma como é construído no transcorrer da sua própria história. Outro elemento importante é que a BNCC trata as disciplinas das humanidades como se fossem um todo homogêneo, desconsiderando suas particularidades e suas peculiaridades no modo como refletem e agem sobre os indivíduos e o mundo no qual estes estão inseridos.



Os encontros do Coletivo do NESEF, em 2020, serão realizados sempre às sextas-feiras das 14:00 às 17:00 na UFPR: rua Rockefeller nº 57, Rebouças, Curitiba. Sala 203.

ENSINO DE FILOSOFIA: RUPTURA OU REFORÇO DO CONTROLE EXERCIDO PELO CAPITAL?

Por Mayco A. Martins Delavy

A presente pesquisa de mestrado em Educação em andamento, orientada pelo professor Geraldo B. Horn, se propõe a analisar a fundamentação teórica do trabalho didático-pedagógico nos artigos do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE/PR da disciplina de Filosofia entre os anos de 2007 a 2016 a partir das teorias crítica de currículo e sociedade. O PDE/PR institui-se como política pública abrangendo todo o Estado do Paraná em 2007. Desde então e dentro do recorte temporal da presente pesquisa, 53 professoras e professores – 19 mulheres e 34 homens – passaram por esse processo formativo com duração de dois anos. O recorte temporal da pesquisa se dá entre os anos de 2007 a 2016 pois os dados dos anos de 2017 a 2019 não foram disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná.

No Paraná, apenas os professores e professoras que se encontram no nível II, classe 8 a 11 da carreira do Magistério podem participar desse processo formativo. Supõe-se, nesse caso, no mínimo entre 7 a 10 anos de trabalho docente como funcionário público concursado na Rede.

Partimos do referencial teórico das teorias críticas de currículo e sociedade por compreendermos neste campo epistêmico uma negação completa e radical do real instituído muitas vezes como um dado pronto e acabado, sem possibilidade de alteração ou, como vemos no atual sistema educacional capitalista, no máximo uma perspectiva reformista da educação. Não sem motivo uma das palavras-chave mais utilizadas no campo educacional brasileiro do presente é a “reforma”. O que se pretende dentro do recorte do capital é, no máximo, uma reforma do real-em-si, nunca uma transformação radical das bases de produção e, por sua vez, das bases educacionais que justificam a desigualdade social e epistêmica como barreira intransponível dos sistemas educacionais modernos.

A relação estrutural defendida por Mészáros entre os “processos educacionais” e os “processos sociais mais abrangentes de reprodução” e a possibilidade de ruptura com a ordem instituída dentro de uma lógica revolucionária de mudanças dos sistemas hegemônicos de educação é uma premissa que devemos, ou deveríamos encontrar nos

trabalhos de fundamentação teórica dos professores em estágio de formação e qualificação profissional para o retorno às salas de aula.

Sem essa premissa, os processos de formação de professores se reduzem, unicamente, à lógica da correção de “detalhes defeituosos da ordem estabelecida” (2008, p. 25).

Também em Appel (1982) encontramos essa pressuposição, na medida em que o autor compreende a materialidade dos processos educativos como produtos da lógica de mercado reinante. Em sua análise sobre a hegemonia e sobre os conhecimentos e saberes hegemônicos, Appel apresenta as relações entre currículo e sociedade, entre educação e estrutura econômica, entre “conhecimento e poder” como parte da ideologia dominante que determina o que deve e o que não deve ser ensinado nas escolas.

O ataque à escola pública brasileira hoje deve-se, entre tantos outros objetivos de desmonte, a uma tentativa explícita de velar esse lugar social que legitima ideologias dominantes, tratando-a como um campo de neutralidade, apolítico, apartidário e não ideológico. O conhecimento crítico das bases teórica dos professores de filosofia do Estado Paraná dentro do recorte de pesquisa já citado nos dará a materialidade da orientação intelectual que os guiou em seus percursos formativos nos ajudando a compreender se esses processos de estudo e pesquisa foram tratados como negação como ou como legitimação da realidade em sua concreticidade ou pseudoconcreticidade, tal como amplamente desenvolvido por Kosik.

Neste caso, não podemos compreender a aparência fenomênica como similitude em espelho da essência das coisas. Nos cabe pensar qual é o lugar das teorias críticas de currículo e sociedade no processo formativo dos professores e professoras de filosofia da Rede Pública do Estado do Paraná e de que modo esse processo de formação se materializa em uma produção intelectual que reproduz, ou nega, a realidade instituída. Que reforça o mundo da pseudoconcreticidade ou situa-se na contramão desse processo, apresentando-se como parte da concreticidade de um mundo construído por seres humanos de maneira não alienada.

Participe do Jornal

ENVIE SEU ARTIGO PARA
jornalsisifo@gmail.com

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexsander Machado
Diagramação: Bardo Revisão (bardo.revisao@gmail.com)